

Minério agora será nacionalizado

Multis que operam no País terão 5 anos para achar sócio nacional

Após o som do Hino Nacional entoado em plenário pela deputada Benedita da Silva (PT-RJ), a Constituinte aprovou ontem, por 343 votos contra 126 e 17 abstenções, a nacionalização total da exploração dos recursos minerais. Ficou assegurada pelo novo texto que o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a pesquisa e a lavra de minerais somente poderão ser feitos por brasileiros ou por empresas nacionais, mediante concessão ou autorização da União. A "emenda do mapa", como a proposta ficou conhecida devido ao lobby da Coordenação Nacional dos Geólogos — que se valeu de mapas para denunciar a presença estrangeira na exploração dos minérios — teve sua aprovação saudada em plenário aos gritos de "Brasil! Brasil!"

A fusão de emendas de autoria dos deputados Márcio Lacerda (PMDB-MT), Nilton Friedrich (PMDB-PR), Percival Muniz (PMDB-MT) e Marcelo Cordeiro (PMDB-BA) foi votada em substituição a uma outra fusão resultante do grande acordo feito entre as lideranças, com relação a todo capítulo I da Ordem Econômica. Nesta

emenda, anunciada por Ulysses Guimarães como a votação de número 500, ficou garantido a brasileiros e às empresas de capital nacional o aproveitamento dos recursos hídricos e a pesquisa e a lavra de recursos minerais, inclusive os considerados estratégicos. A aprovação desta emenda perdeu, no entanto, seu valor por ter sido substituída pela fusão que resultou na nacionalização total dos recursos minerais.

O deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ) considerou a proposta absurda, alegando que a nacionalização e a estatização pretendidas significavam a colocação, na Constituição, do programa dos partidos comunistas. "No momento em que estamos tentando negociar a nossa dívida externa, que motivo nos levaria a esta estatização? Essa é a emenda do desemprego".

Gabriel Guerreiro (PMDB-PA), a encaminhar a favor da fusão, disse que "os recursos minerais não são renováveis e isso é estratégico em todos os países. Não há duas minas iguais no mundo". Para o deputado paraense, os que dizem que não temos tecnologia para aproveitar re-

ursos minerais "não podem continuar enganando todo mundo. Nacionalização não implica estatização. Temos que garantir nossa soberania, e soberania ninguém tem direito de negociar", justificou.

O Centrão reagiu e, por meio do deputado José Lins (PFL-CE), denunciou que a emenda desejava anular o acordo feito na Casa. "Essa proposta não tem cabimento, pois quer nacionalizar todo mineral do país, até os mais simples, como areia, argila. Temos que ter consciência de que nenhum país é uma economia isolada. O que estamos querendo? A miséria? Estamos é nos ludando com o mapa exposto pela Coordenação Nacional dos Geólogos. Mas não se ludam — o mapa é falso".

No bojo da aprovação do dispositivo que nacionaliza a exploração dos minerais brasileiros, ficou garantido, por antecipação, um acordo das lideranças que acatará um dispositivo contido no título das disposições transitórias, concedendo às empresas que exploram o setor cinco anos para se regularizarem, conforme a lei. Ou seja, buscarem sócios nacionais.

EUGÊNIO NOVAES



O plenário comemora uma decisão que recebeu críticas até de esquerdistas

Mineradoras nacionais fizeram lobby pesado

A idéia de apresentar emenda nacionalizando toda a exploração dos recursos minerais brasileiros partiu da Frente Parlamentar Nacionalista na noite de quarta-feira. Mas a aprovação da proposta por larga margem só foi possível graças à ação das grandes mineradoras nacionais, que nos últimos dias aumentaram seu lobby no Congresso e conseguiram, à custa de muito trabalho, arrebatar os votos de vários constituintes do Centrão. Tão logo o resultado da votação foi revelado no painel eletrônico — quando a deputada Benedita da Silva (PT/RJ) ainda tentava puxar o coro do Hino Nacional —, os centristas que não se dobraram, votando contra a emenda, começaram a esboçar reações.

Perplexos, os deputados Afif Domingos (PL/SP), Luís Eduardo Magalhães (PFL/BA) e Paes Landim (PFL/PI) passaram a conferir os votos no painel. Olhavam, comentavam, voltavam a olhar o resultado, como se não estivessem acreditando nele. A esta altura, o deputado Ulysses Guimarães tentava dar seguimento às votações — e a

esquerda, unida a alguns parlamentares do Centrão, cantava em alto e bom som o Hino. "E uma palhaçada!", reagiram deputados no lado direito do plenário.

Para Afif Domingos, o resultado da votação já era previsível. "Não existe qualquer contradição. O que existem são interesses grupais e setoriais travestidos de interesse nacional", acusou. Afif lembrou que "na falta de um projeto nacional, o corporativismo dominou a Constituinte. As grandes corporações tiveram força para impor as suas idéias". O deputado ironizou: "Com a aprovação desta fusão, vamos ficar delatados eternamente em berço esplêndido, pois não teremos como transformar os minerais em capital". Afif observou ainda que o Brasil continuará rico em minerais e pobre em capital e tecnologia.

O deputado liberal protestou contra a atuação de empresas mineradoras nacionais, que, segundo ele, tiveram papel decisivo no resultado da votação. "A Ordem econômica está sendo fortemente influenciada por setores empresariais que confundem interesses nacionais com os seus pró-

prios interesses", disse. Já o deputado Luís Roberto Ponte (PMDB/RS) disse que o resultado da votação não foi "uma surpresa, mas uma decepção".

Ponte observou que o plenário, no início da noite de ontem, foi vítima da união de interesses opostos. "A esquerda, na sua inocência, acha que fez um ato de nacionalismo puro. Mas a vitória foi das forças nacionais que hoje mineram no País", avaliou. O deputado reclamou de "terem criado um clima de que seria impatriótico votar contra a emenda" e disse que o problema maior não foi atacado de frente. "Proibir a mineração não é ato de nacionalismo. O ideal para tanto seria limitar a remessa de lucros do País para outros".

Insatisfeito com a aprovação da emenda, Luís Roberto Ponte afirmou que seria melhor a Constituinte ter optado "trocar os 60 milhões de miseráveis que existem no Brasil pelos minérios". Ponte entende que dessa maneira, ainda que todos os minérios saíssem do País, o povo teria condição de desenvolver tecnologia e sobreviver em condições bastante superiores.

Serra já teme fuga de capital

A onda que tomou conta da maioria dos constituintes que votaram a favor da nacionalização da exploração de minérios no País surpreendeu até mesmo os que se declaram nacionalista. A significativa diferença de votos — 343 contra 126 propiciou, em plenário, comentários como o que foi feito pelo deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE): "Agora, ninguém segura mais. Pena que o presidencialismo tenha sido votado num momento errado".

Mas a nacionalização foi também duramente criticada por outros constituintes que apontam a medida como retrocesso para a economia brasileira. O deputado José Serra (PMDB-SP) por exemplo, que votou contra a nacionalização afirmou que a fusão de emendas saía do acordo político entre os nacionalis-

tas e o Centrão já era suficiente para resguardar os interesses nacionais, sem afugentar o capital externo. Ele referia-se à emenda, anteriormente aprovada em Plenário, concedendo a autorização para a exploração mineral a brasileiros ou empresas de capital nacional, incluindo no dispositivo leis especiais para a lavra em faixas de fronteira e em terras indígenas.

Ex-ministro do Planejamento no governo do general Castelo Branco, o senador Roberto Campos (PDS-MT) que também votou contra a nacionalização integral da exploração das minas, garantiu que o Brasil não tem capital suficiente e tecnologia necessária para, sozinho, desenvolver projetos nessa área.

"Corremos o risco de estar ciumentamente guar-

dando no subsolo o que existe de mais obsoleto em termos de minérios", afirmou Roberto Campos. Argumentou que a nova engenharia de materiais — termoplásticos, fibras óticas, fibras reforçadas com metais e cerâmica avançada, entre outras — está criando substitutos para diversos recursos do subsolo.

O ex-ministro alertou que nos países desenvolvidos, em função do avanço tecnológico, vários minérios estão sendo considerados obsoletos, o que inviabiliza a sua exploração econômica.

Acordo que ainda será confirmado na votação das disposições transitórias prevê prazo de cinco anos às empresas estrangeiras que estejam explorando minérios no Brasil para se adaptarem às leis brasileiras. Em outras palavras, elas terão que buscar um sócio nacional.

Lourenço e Ramos quase vão à briga

O plenário da Constituinte quase viu pela terceira vez uma briga de socos e ponta-pés. Foi ontem, durante o pequeno expediente, logo depois que o deputado Paulo Ramos (PMDB-RJ) disse que o Centrão sairia derrotado nas votações "pois não acredito que exista nesta casa 280 traidores do povo".

O deputado José Lourenço (PFL-BA), um dos líderes do Centrão, revidou afirmando que "traidor" era Ramos, que "vive com a cabeça na Albânia e Nicarágua" e, ainda, "recebe dinheiro do exterior".

"CARAPUÇA"

Paulo Ramos voltou ao microfone para falar que não havia citado o nome de Lourenço, mas que se ele "vestiu a carapuça" o problema "é dele". Nesse momento Lourenço investiu contra Ramos. Os microfones foram desligados. A turma do deixa-disso entrou em ação e os ânimos se arrefeceram.

Mesmo com os microfones mudos foi possível ouvir Lourenço, de dedo em riste, chamando Ramos de "moleque" e "irresponsável". E como resposta recebendo: "Aqui não, mas lá fora" acertamos. O final poderá ser um processo movido por Ramos contra Lourenço. Segundo afirmou o primeiro.

No momento que estourou a briga, Paulo Ramos discursava sobre a nacionalização da exploração de minérios.

Apendicite leva Lula a São Paulo

O líder do PT na Constituinte, deputado Luiz Ignácio Lula da Silva, viajou no início da noite de ontem para São Paulo, com suspeitas de uma apendicite aguda. Ele vinha sentindo fortes dores do lado direito da barriga e, por isso, procurou o pronto-socorro da Câmara, ainda no início da tarde. Avisado pelo médico plantonista de que poderia estar com uma apendicite, Lula mesmo assim voltou ao Plenário. As dores, porém, aumentaram e ele foi obrigado a deixar a sessão, sendo orientado por seus assessores para seguir imediatamente para São Paulo. Ele pegou um avião de carreira, às 18h e até às 20h não se tinha notícias suas na sala de liderança do PT.